



EDITORIAL

O Departamento de Ciências Humanas na Universidade de Santa Cruz do Sul: o registro histórico de um espaço de construção e de defesa das ciências humanas numa Universidade Comunitária

Este número especial da *Barbarói* abre um espaço de registro e de homenagem à história do Departamento de Ciências Humanas da Universidade de Santa Cruz do Sul (DCH/UNISC). Na UNISC, um Departamento de Ciências Humanas existe desde a criação da Universidade, em 1993. A partir de 2020, no entanto, os professores que atualmente atuam no Departamento de Ciências Humanas passam a integrar, juntamente com os professores dos atuais Departamentos de Educação, de Letras, de História e Geografia, de Matemática e de Química e Física, um novo espaço de reflexão, de construção e de socialização de conhecimentos na UNISC, o “Departamento de Ciências, Humanidades e Educação”.

Ao longo de sua existência, o DCH/UNISC reuniu professores e pesquisadores vinculados à grande área das ciências humanas e sociais (filósofos, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, assistentes sociais). Enquanto unidade acadêmica, a partir do DCH sempre se levantaram vozes que mobilizaram ações em favor de valores e de princípios que animaram (e que animam) aqueles que assumiram (e que assumem) a sempre importante tarefa de construir uma experiência universitária comunitária, democrática, humanista na região do Vale do Rio Pardo e no Rio Grande do Sul.

Mas, para além disso, o DCH ocupou na história da UNISC um espaço de grande importância na defesa de um diálogo crítico, criativo e comprometido com uma experiência universitária enquanto direito e voltada ao ser humano omnidimensional, desenvolvido em todas as dimensões. Essa defesa se objetivou através da criação e da manutenção (por um determinado período) dos cursos de graduação em Filosofia e em Ciências Sociais; do oferecimento de cursos de especialização (*lato sensu*) em Filosofia, em Sociologia, em Políticas Públicas, em Serviço Social; da criação e da manutenção (até o presente) do curso de

graduação em Serviço Social; da participação na construção de cursos de pós-graduação (stricto sensu), em especial no Desenvolvimento Regional e no Direito; na responsabilização por disciplinas de Filosofia, de Sociologia, de Antropologia, de Ciência Política, de Metodologia Científica, em todos os cursos de graduação existentes ao longo da história da UNISC. Mas se objetivou, principalmente, numa sempre tensa tarefa cotidiana, desempenhada por seus professores nas salas de aula, no diálogo com colegas de outras áreas de conhecimento, nos espaços de decisão política da Universidade, contra a redução da formação universitária às tentações tecnicistas (nesse sentido, sempre compactuamos com o alerta do sociólogo alemão Max Weber, segundo o qual a Universidade não pode se comprometer com a formação de “especialistas sem espírito, sensualistas sem coração”, “nulidades” que imaginam “haver atingido um nível de civilização nunca antes alcançado”).¹

A história do DCH/UNISC é uma história de quem está às voltas com uma pergunta que sempre se mantém presente: o que é a formação universitária? Ousamos concluir, recorrendo a contribuição da filósofa brasileira Marilena Chauí,² que entre os professores do DCH a atuação na Universidade sempre foi e é animada a partir da concepção de que a formação universitária implica “introduzir alguém ao passado de sua cultura”, despertando “para as questões que esse passado engendra para o presente” e estimulando “a passagem do instituído ao instituinte”. Nesse sentido, entendemos que a formação universitária somente é fecunda “quando pensa e diz o que sem ela não poderia ser pensado nem dito, e sobretudo quando, por seu próprio excesso, nos dá a pensar e a dizer, criando em seu próprio interior a posteridade que irá superá-la”.³ E, portanto, podemos concluir que “há formação quando há obra de pensamento e que há obra de pensamento quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho de interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade”.⁴

Esses bons motivos para as lutas não cessam nesse momento em que o DCH deixa de existir enquanto unidade acadêmica na UNISC. Certamente, alimentamos a expectativa de que, ao nos somarmos com os colegas da Educação, das Letras, da História e da Geografia, da

¹WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

²CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, set./out./nov./dez. 2003, p. 5-15.

³IDEM, Ibid., p. 12.

⁴IDEM, Ibid., p. 12.

Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, p.<1-11>, jul./dez. 2019

Matemática, da Química e da Física, nossos espaços de reflexão crítica sobre a Universidade se ampliarão e se fortalecerão ainda mais.

A positividade desse encontro entre áreas cujos diálogos sempre são instigantes e instigadores num trabalho universitário, no entanto, poderia ser ainda mais ressaltada não fosse os condicionantes históricos principais que levaram a comunidade acadêmica da UNISC, sob a liderança de sua Reitoria, à discussão de um novo formato administrativo e de novas direções político-pedagógicas.

Nesses tempos sombrios que assolam nosso País é necessário que se insista no registro dos ataques constantes que as Universidades Brasileiras recebem das diretrizes governamentais que tornaram-se hegemônicas a partir das últimas eleições nacionais no Brasil. Não somente pelos cortes de verbas públicas destinadas ao ensino/pesquisa de nível superior, pelo comprometimento de programas que facilitaram (num período anterior) maior acesso à Universidade, pela política econômica que precariza a vida de trabalhadores e de trabalhadoras e corrói perspectivas positivas quanto à relação entre formação universitária e maior segurança nos mercados de trabalho. Mas, também, pela afirmação nos pensamentos e atitudes de importantes lideranças governamentais de um sentimento de descaso e, mesmo, de hostilidade em relação aos professores, aos intelectuais, ao trabalho (de ensino, de pesquisa e de extensão) que é realizado nas Instituições Universitárias.

Nessa conjuntura adversa, cuja duração esperamos curta, os desafios para a Universidade brasileira são enormes. Para o caso concreto das experiências de Universidades Comunitárias, muito presentes na Região Sul do Brasil, cuja fonte principal de receita é o pagamento de mensalidades pelos estudantes, a garantia de condições financeiras mínimas é um componente que ganha ainda mais significado histórico.

E ganha ainda mais significado histórico não somente por que limita (e mesmo anula) possibilidades de valorização de professores e de funcionários, de investimentos na infraestrutura e na promoção da qualidade das atividades universitárias, de ampliação da atuação nas áreas de pesquisa, de ensino e de extensão. Mas, também e principalmente, por que pressiona por mudanças na própria Universidade a partir de critérios e pressupostos que, não raras vezes, reduzem a experiência universitária a partir de uma “visão organizacional”.

Não se trata de relativizar a importância de um trabalho de construção de metodologias de gestão universitária comprometidas com respostas aos desafios que a Universidade enfrenta nesse contexto (presente) de mudanças técnico-científicas, socioculturais, políticas, econômicas. Estar atenta ao seu tempo é da natureza da

Universidade. Nesse sentido, problematizar questões relacionadas à liberdade acadêmica, à autonomia institucional, aos processos de gestão, às estruturas organizacionais, aos projetos políticos-pedagógicos, às relações com os diferentes setores da sociedade etc. são tarefas permanentes e necessárias para e no cotidiano universitário. A própria experiência da UNISC é uma experiência importante e ilustrativa de um compromisso com uma gestão democrática, com mecanismos de avaliação constante, com capacidade de gerar dinâmicas de planejamento estratégico e estruturado, de ter objetivos acadêmicos voltados para a construção e socialização dos conhecimentos, bem como às demandas colocadas por diferentes segmentos da sociedade regional (nas regiões em que está inserida) e, mesmo, para além de sua região de abrangência.

O que se coloca como fundamental, de início, é a percepção de que a construção de metodologias de gestão universitária, inclusive numa perspectiva de sua sustentabilidade financeira (como é o caso premente das Universidades Comunitárias atualmente), está sempre inserida em contextos de disputa entre diferentes concepções de educação e de Universidade. E, no contexto atual da sociedade brasileira, a disputa entre um projeto que concebe a Universidade enquanto um direito conquistado através de lutas que se confundem com a própria construção democrática no País, e um projeto que concebe a educação enquanto um serviço a ser negociado “no lucrativo mercado educacional”, certamente precisa ser levada em conta.

Sempre fomos e continuaremos contra uma concepção de Universidade que “fabrica” uma educação apressada, sem crítica e sem criatividade, articulada à mercantilização da educação. Nos distanciamos, portanto, de uma concepção de Universidade que se submete aos interesses de formação limitada da mercadoria força-de-trabalho, que se pensa enquanto organização econômica que negocia no mercado de serviços educacionais, que entende que o ensino superior de qualidade está destinado a setores privilegiados da sociedade.

E é com esse espírito que registramos a história do Departamento de Ciências Humanas na UNISC. Não é um espírito de resignação. É um espírito de esperança. Erich Fromm, em seu livro “A Revolução da Esperança”,⁵ registra que esse seu livro foi escrito num contexto histórico específico, no qual a humanidade encontrava-se diante de uma “encruzilhada”: “uma estrada leva a uma sociedade completamente mecanizada em que o homem é um indefeso dente de engrenagem da máquina [...]; a outra leva a um renascimento do humanismo e da esperança – a uma sociedade que põe a técnica a serviço do bem-estar do

⁵FROMM, Erich. **A revolução da esperança**: por uma tecnologia humanizada. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. *Barbarói, Santa Cruz do Sul, Edição Especial n.54, p.<1-11>, jul./dez. 2019*

homem”.⁶ Nosso contexto histórico é outro, mas a encruzilhada permanece como uma condição que nos apela à ação baseada na convicção de que podemos encontrar soluções com a ajuda da razão “e com o amor apaixonado pela vida”.

E o registro dessa história, nesse número especial, ocorre através da contribuição de professores e de professoras que atuaram ou que ainda atuam no DCH/UNISC. Quando a decisão sobre as mudanças na estrutura administrativa e acadêmica da UNISC foi tomada, o colegiado do DCH definiu que a Revista *Barbarói* seria um meio através do qual registraríamos aspectos dessa história do Departamento. E definiu que esse registro seria planejado em dois momentos: um primeiro, através do convite aos professores que atuaram/atuam no Departamento para que, de forma livre, escrevessem um artigo para a edição de um número especial da Revista; um segundo, através da produção de reflexões (também de professores atuais ou que atuaram no DCH) e da realização de entrevistas sobre a atuação efetiva do DCH na história da UNISC, contemplando a participação dos professores do Departamento no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão da Universidade, na discussão sobre a criação e sobre a atuação da UNISC enquanto Instituição Universitária.

Neste número especial, então, apresentamos um conjunto de treze artigos, seis deles escritos por professores e professoras que já não atuam mais na UNISC, mas que mantêm nas memórias dos que ainda estão no DCH a importante passagem que por aqui tiveram.

O artigo que abre o número é da professora **Suzana Albornoz**. A professora Suzana trabalhou no DCH/UNISC no período entre 1999 e 2009, ministrando aulas de filosofia e ciências humanas em diversos cursos de graduação, além de ter atuado no Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação. Conhecida nacionalmente pela suas reflexões no campo da filosofia, o artigo da professora Suzana, **O Espírito da Utopia Vive**, homenageia o centenário da primeira edição do livro de Ernst Bloch, o “O espírito da Utopia”. No horizonte da reflexão da professora Suzana a referência “aos clamores que, em nossos dias, testemunham a sobrevivência do espírito utópico”.

O professor **Flavio Williges** é o autor do segundo artigo, que tem como título **O lugar da Filosofia e das Humanidades na Formação Universitária**. O professor Flávio trabalhou no DCH/UNISC no período entre 1998 e 2010, ministrando disciplinas de filosofia e de metodologia da pesquisa em diferentes cursos de graduação. Em seu artigo, o professor Flávio tece considerações sobre “o significado da extinção dos departamentos de ciências humanas

⁶FROMM, Erich. **A revolução da esperança**: por uma tecnologia humanizada. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 13.

nas universidades como (1) perda efetiva e (2) como perda simbólica do lugar das humanidades para a ideia mesma de universidade”. Alertando sobre os riscos de uma formação “meramente técnica”, enfatiza que “as ciências humanas são, junto com as artes, espaços de ampliação de nossos poderes críticos, construtivos e imaginativos, com impacto tanto político, na vida democrática, quanto pessoal, na vida moral e na sabedoria”. Sua reflexão, nesse sentido, ecoa uma preocupação central (e sempre atual), relacionada ao próprio sentido da educação universitária.

Na sequência apresentamos o artigo da professora **Rosana Jardim Candeloro**. A professora Rosana trabalhou no DCH/UNISC no período entre 1992 e 2017, ministrando aulas de filosofia e de metodologia da pesquisa em diferentes cursos de graduação, além de ter ocupado cargos de gestão e, inclusive, ter editorado por um longo período a Revista *Barbarói*. Em seu artigo, **A Ressonância dos Manuscritos Hindus e Chineses na Doutrina de Arthur Schopenhauer**, a professora Rosana inventaria “algumas leituras realizadas por Arthur Schopenhauer na Alemanha do século XIX”, em especial sua aproximação com a sabedoria hindu e chinesa que, destaca, tiveram importante influência em sua obra filosófica.

O registro, “quase biográfico”, sobre a trajetória de uma socióloga que iniciou sua atividade profissional no DCH/UNISC, indica a direção da reflexão apresentada no artigo da professora **Marília Patta Ramos**. A professora Marília trabalhou no DCH/UNISC no período entre 1993 e 2010, período no qual ministrou disciplinas de sociologia e de metodologia científica em diferentes cursos de graduação, coordenou o Núcleo de Pesquisa Social (NUPES) e atuou no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Regional. Em seu texto, **Caminhos da Imaginação Sociológica ou de como me Tornei uma Socióloga**, a professora Marília organiza cronologicamente sua escolha pelas Ciências Sociais, destacando em sua trajetória a influência weberiana e, “por que não dizer, bourdiesana”; mas, também, reflete “sobre o fazer sociológico de uma profissional com perfil pragmático e aplicado” e dedicada ao ensino, à pesquisa e à extensão na Universidade.

O professor **Francisco Pereira Neto** (nosso querido “Kiko”) apresenta um artigo escrito com suas colegas na Universidade Federal de Pelotas, professoras Flavia Rieth e Louise Alfonso. O professor Francisco trabalhou No DCH/UNISC no período entre 1994 e 2004, ministrando disciplinas de antropologia em diferentes cursos de graduação, além de ter coordenado um Curso de Especialização (Lato Sensu), oferecido pelo Departamento de Ciências Humanas no início dos anos 2000. No artigo **Pelotas-RS pelas suas Margens: a**

patrimonialização como expressão de múltiplas formas de habitar a cidade, os professores Francisco, Flavia e Louise iniciam indicando que pretendem situar a reflexão apresentada “dentro de uma antropologia urbana que interpreta a cidade não como uma dimensão externa aos habitantes”, como “como um objeto virtual, constituída por disputas de narrativas sobre seus territórios”. A análise de processos de patrimonialização de bens culturais da cidade de Pelotas permite que os autores ressaltem o questionamento, “por diferentes grupos que se apropriam do conceito de patrimônio”, em relação às “narrativas oficiais que desvinculam a opulência do período da produção do charque e inviabilizam o passado da escravidão”. Como destacam os autores, comunidades negras de Pelotas “passam a reivindicar sua presença na constituição do centro histórico e de outros territórios da cidade, o que tem ocasionado tensões no uso desses bens”. Um processo conflituoso que influencia as definições do direito à cidade, “que deixa de ser atribuição exclusiva das pressões do mercado criado pela expansão imobiliária”.

“Meu Corpo foi Reconhecido pelo Estado”: as controvérsias em torno da **desjudicialização do direito à identidade** é o artigo da professora **Gabriela Felten da Maia**. A professora Gabriela trabalhou no DCH/UNISC no período entre 2013 e 2017, ministrando disciplinas de antropologia, de sociologia e de metodologia científica em diferentes cursos de graduação. Em seu artigo, a professora Gabriela registra que o contexto brasileiro, “marcado por uma lacuna legislativa para o acesso às retificações de registro civil para pessoas trans”, apresentou uma importante mudança com uma decisão do Supremo Tribunal Federal, em março de 2018. Tal decisão modificou “o cenário com a retirada da tutela jurídica e médica, possibilitando o acesso a uma gama mais ampla de sujeitos que desejam retificar, mas não necessariamente passar por cirurgia ou entrevistas diagnósticas para obter um laudo”. Como enfatiza a professora Gabriela, aquela decisão representou “uma avanço no reconhecimento estatal da diversidade de gênero”. Um avanço, no entanto, que não relativiza uma pergunta central: a “desjudicialização implica em desburocratização?”

O próximo artigo, **Trajetórias de Sucesso Escolar entre Estudantes da Escola Pública na Universidade: um problema possível?** é de autoria do professor **Jorge Morgan de Aguiar Neto**. O professor Jorge trabalhou na DCH/UNISC no período entre 2014 e 2018, ministrando disciplinas de sociologia, de antropologia e de metodologia científica em diferentes cursos de graduação. Em seu artigo, o professor Jorge “faz um apanhado das principais contribuições de pesquisas nacionais que descrevem e problematizam trajetórias escolares e/ou universitárias de sucesso de jovens oriundos de meios populares no Brasil, no

período compreendido entre os anos 1990 e 2018”. Essas contribuições teóricas sustentam sua análise sobre a “transição de jovens do ensino médio para formações universitárias consideradas de prestígio”, analisando as trajetórias desses jovens, mas também suas percepções acerca do sucesso escolar.

Os professores **Cristiano Benites Oliveira** e **César Hamilton Brito Góes** são os autores do artigo **Do impossível ao Instituído: a ação coletiva dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Santa Cruz do Sul**. O professor Cristiano é professor no DCH/UNISC desde 2014 e ministra disciplinas de sociologia e de antropologia em diferentes cursos de graduação. O professor César é professor no DCH/UNISC desde 1994, período no qual, além de ministrar disciplinas de sociologia em diferentes cursos de graduação, foi Coordenador do Curso de Ciências Sociais, Chefe do Departamento de Ciências Humanas, Coordenador do Núcleo de Pesquisa Social (NUPES), além de ter atuado em cursos de Pós-Graduação (Lato Sensu), no Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação e de ter uma significativa participação na experiência de extensão universitária realizada na UNISC. No artigo, os professores Cristiano e César se utilizam de um aporte teórico da sociologia da ação coletiva e dos movimentos sociais (estigma, frames de ação coletiva, repertório de conflito) para analisar um processo histórico de inclusão dos catadores do município de Santa Cruz do Sul (articulados no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR), na agenda de políticas de gestão de resíduos no referido município. Nesse sentido, a análise registra o processo conflituoso no qual os catadores passaram de excluídos a prestadores de serviço de destinação final da coletiva seletiva de resíduos em Santa Cruz do Sul, indicando a importância dessas dinâmicas de conflitos sociais em torno da gestão municipal de resíduos.

Na sequência, as professoras **Claudia Tirellie Sílvia Virgínia Coutinho Areosa** apresentam os resultados de uma “pesquisa avaliativa desenvolvida com moradores de dois conjuntos habitacionais construídos em Santa Cruz do Sul/RS, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)”. A professora Cláudia trabalha no DCH/UNISC desde 1997, ministrando disciplinas de sociologia em diferentes cursos de graduação, já foi Chefe do DCH e atua no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Regional. A professora Sílvia, embora não esteja vinculada ao DCH/UNISC, é professora do curso de Psicologia na UNISC, além de atuar nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) e em Psicologia Profissional (Mestrado), e merece uma menção honrosa nesse número especial da *Barbarói*: por um longo período a

professora Sílvia foi editora da Revista, certamente responsável pela consolidação da mesma nas áreas da Psicologia e das Ciências Humanas. No artigo **Implementação do Programa Minha Casa Minha Vida em Santa Cruz do Sul: a percepção dos beneficiários**, então, as professoras Cláudia e Sílvia analisam como “os beneficiários do Programa percebem os efeitos da sua implementação, a qual resultou no seu deslocamento no espaço urbano e alterações nas suas redes de sociabilidade, condições de moradia e acesso a serviços e equipamentos públicos”. A análise das professoras indica que a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida “propiciou a aquisição da ‘casa própria’, mas trouxe diversos efeitos colaterais para os seus beneficiários, a depender da localização do conjunto habitacional no espaço urbano e da tipologia utilizada na construção das unidades residenciais (casas ou prédios; conjuntos murados ou abertos) e das suas formas de gestão”; com destaque ao recrudescimento da violência vinculada ao tráfico de drogas, às dificuldades de estabelecer regimentos e novos laços de convívio social, a dinâmica de precariedade dos serviços públicos, o endividamento, o abandono e a ocupação das residências.

No artigo **(Auto)Narrativas em/na Família: cognição e emoção**, a professora **Maira Meira Pinto** e o professor **César Augusto Muller** apresentam “parte das ações desenvolvidas na pesquisa ‘Na ponta dos dedos: o IPAD como instrumento complexo de cognição/subjetivação’” para, então, analisarem “os vetores teóricos do grupo que executa a pesquisa, construídos a partir da convergência entre ‘educação e complexidade’”. A professora Maira trabalha no DCH/UNISC desde 2003, atuando principalmente no Curso de Serviço Social, do qual já foi Coordenadora; enquanto o professor César atua também na UNISC, no campo da educação. No artigo, inserido numa pesquisa cujo trabalho de campo envolveu narrativas coletivas e autonarrativas de sujeitos que acompanham crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA), os professores analisam a complexidade do processo de aprendizagem, enfatizando as implicações ônticas e epistemológicas da cognição/emoção para uma educação (não formal e informal) profundamente vinculada à vida.

A professora **Marta Von Dentz** escreve, juntamente com a acadêmica do Curso de Serviço Social **Carla Inara Roesch**, o artigo **Formação em Serviço Social: um destaque para a experiência de estágio curricular obrigatório**. A professora Marta trabalha na UNISC desde 2016, em especial no Curso de Serviço Social, do qual é a atual Coordenadora. Em seu artigo, as autoras analisam a importância de uma experiência de Estágio Curricular Obrigatório na formação acadêmica em Serviço Social, destacando, também, os desafios colocados para a formação em Serviço Social na contemporaneidade.

Quando a Participação Popular é Inócua: o *greenwashing* do carvão na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS é o título do artigo apresentado pelo professor **Markus Erwin Brose**. O professor Markus trabalha na DCH/UNISC desde 2016, ministrando disciplinas de sociologia em diferentes cursos de graduação, além de atuar no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Regional. No seu artigo, o professor Markus analisa criticamente os “mecanismos participativos utilizados no processo de licenciamento do Projeto Mina Guaíba, na Região Metropolitana de Porto Alegre”. Através da análise das relações entre o governo chinês e o governo gaúcho que, em 2017, criou o Programa PROCARVÃO-RS com o objetivo de “atrair expertise e capital chinês”, e da utilização de um referencial metodológico estabelecido por pesquisa do IPEA, bem como da Escada de Arnstein, o professor Markus “conclui que as audiências públicas realizadas na região metropolitana são inócuas quanto aos objetivos da Política Gaúcha sobre Mudanças Climáticas, na medida em que não alteram escopo ou alcance da implantação da lavra, se restringindo a adicionar eventuais medidas compensatórias”.

Por fim, o último artigo desse número especial da *Barbarói* e de registro da história do Departamento de Ciências Humanas na UNISC é do professor **Marco André Cadoná**. O professor Marco trabalha na DCH/UNISC desde 1998, ministrando disciplinas de sociologia em diferentes cursos de graduação, além de atuar no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Desenvolvimento Regional. Em seu artigo, **A Estrutura de Ocupações nos Mercados de Trabalho das Cidades Médias no Rio Grande do Sul: uma análise da dinâmica recente**, o professor Marco apresenta dados de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar como a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em especial a partir da década de 2010, repercutiu nos mercados de trabalho de cidades médias do Rio Grande do Sul. Tomando como referência as mudanças ocorridas na estrutura de ocupações das cidades médias do Rio Grande do Sul no período entre 2010 e 2017, argumenta que, apesar das singularidades dos mercados de trabalho das cidades médias gaúchas, algumas tendências gerais estão presentes no período analisado, indicando um processo de aprofundamento da insegurança dos trabalhadores nesses mercados de trabalho.

É preciso dizer que esses treze artigos registram apenas um número pequeno de professores/pesquisadores que atuaram/atua no Departamento de Ciências Humanas da UNISC, desde a sua criação. Pedimos, inclusive, desculpas aos colegas que, possivelmente, não receberam nossas mensagens e, em função disso, não participaram desse registro. Pedimos desculpas aos demais colegas, também, que, mesmo tendo recebido nosso convite,

não conseguiram participar devido aos compromissos profissionais e às dificuldades de atender em curto prazo nossa solicitação. Sintam-se representados, homenageados e agradecidos através dos colegas que escreveram.

Como indicado no início desta apresentação, a partir do ano de 2020 os professores do Departamento de Ciências Humanas se vincularão ao novo Departamento criado a partir do projeto “Reinvenção da UNISC”: O Departamento de Ciências, Humanidades e Educação. A expectativa é que esse novo espaço seja receptivo e comprometido com o que sempre animou os pensamentos e as ações de quem atuou no DCH: a defesa de uma formação universitária humanista, crítica, comprometida com a construção de uma sociedade democrática, mais justa e mais igualitária.

Desejamos uma boa leitura para todos e contamos sempre com a participação/colaboração na BARBARÓI.

César Hamilton Brito Góes, João Pedro Schmidt,
Luis Augusto Costa a Campis, Marco André Cadoná e Marta Von Dentz
Editores deste Número Especial da BARBARÓI